

Evangélicos no Poder Legislativo: o tema da biossegurança sob a perspectiva da análise do discurso.

Gonçalves Bruno Rafael.

Cita:

Gonçalves Bruno Rafael (2010). *Evangélicos no Poder Legislativo: o tema da biossegurança sob a perspectiva da análise do discurso*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/526>

Evangélicos no Poder Legislativo: o tema da biossegurança sob a perspectiva da análise do discurso^{1 2}

Rafael Bruno Gonçalves³

Área temática: Desarrollos recientes en teoría política

¹ O presente artigo é uma versão modificada do capítulo teórico do projeto de pesquisa intitulado “*O discurso evangélico na esfera política*”: um estudo dos pronunciamentos de parlamentares evangélicos na 52ª legislatura da Câmara Federal, sob a orientação do professor Daniel de Mendonça.

² Trabalho preparado para apresentação no V Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de Julho de 2010.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas. Rua Cel. Alberto Rosa, Nº. 154 – Pelotas /RS - Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). rafaelbruno1980@hotmail.com

Resumo

Com a proposta de investigar o comportamento evangélico na 52ª Legislatura da Câmara Federal e ao mesmo tempo aplicar as categorias de análise fornecidas pela teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, o presente artigo procura trazer subsídios para os estudos já elaborados sobre a participação evangélica no legislativo brasileiro. O tema para análise aqui proposto, a Lei de Biossegurança, reflete o amplo debate político gerado em um determinado período, e ao mesmo tempo, revela a possibilidade de aplicação dos principais conceitos desenvolvidos pelo pensamento de Laclau e Mouffe.

Palavras-chave: Evangélicos, deputados federais, análise do discurso, produção legislativa.

1 Introdução

A emergência dos evangélicos na política brasileira tem recebido importantes enfoques científicos, mais precisamente, com relação ao comportamento eleitoral deste segmento nas arenas políticas. É importante também mencionar que esta participação, no decorrer da história, demonstrou mudanças na sua forma, adequando em algumas circunstâncias o discurso no campo político e, assim, garantindo uma maior legitimidade em virtude desta flexibilização retórica⁴.

O crescimento do número de evangélicos eleitos para a Câmara Federal ao longo das últimas legislaturas corrobora esta idéia, na 52ª Legislatura, entre os anos de 2003 a 2006, são cerca de setenta deputados federais eleitos e quatro para o Senado Federal, fato este que acaba evidenciando a variável religiosa como uma importante fonte de recrutamento político.

Em consequência desta crescente participação de origem religiosa nos espaços políticos de discussão e deliberação, é perceptível também um crescimento de posições conservadoras, uma politização da temática religiosa em termos mais específicos, que vai ganhando ênfase ao longo dos discursos empregados pelo setor evangélico.

Com relação à organização do artigo, optou-se pela seguinte forma: inicialmente serão abordados os principais estudos sobre a participação dos evangélicos na política brasileira, dando ênfase para a atuação no legislativo, os resultados mais importantes obtidos, assim como as justificativas elaboradas para o aprofundamento deste tipo de estudo.

Após esta abordagem, será realizada uma exposição sobre a teoria que guiará a análise, trata-se da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, seus principais aspectos teóricos desenvolvidos, a metodologia empregada, os conceitos que serão excessivamente utilizados ao longo da pesquisa, como o conceito de prática articulatória, hegemonia, discurso, ponto nodal, lógica da equivalência, lógica da diferença, entre outros que aparecem ao longo da obra *Hegemonia y estrategia socialista* (1985) e posteriores trabalhos dos autores.

É importante ressaltar que outros autores que estão situados no campo da análise discursiva também serão aqui utilizados, dentre eles cabe destacar Michel

⁴ O termo flexibilização serve para demonstrar a capacidade de adaptação do discurso evangélico em diferentes situações, inclusive no próprio discurso político aqui investigado.

Foucault e Dominique Maingueneau, no entanto, a principal fonte teórica será a contribuição dos autores citados primeiramente acima.

A seguir será realizada a aplicabilidade deste *corpo de conceitos*, advindos da teoria do discurso, em uma temática. A aplicação será realizada a partir dos estudos previamente executados sobre um dos temas que mais repercutiu no período investigado, o debate sobre a Lei de Biossegurança no ano de 2004, nas sessões do Grande Expediente na Câmara Federal.

Justifica-se este tema por ser o mais recorrente neste período investigado, destacando assim, a atuação de uma Frente Parlamentar Evangélica, discursivamente unida em torno de um mesmo tema. Após esta aplicação, o artigo concluirá a respeito da importância detectada sobre este tipo de análise, tendo como ponto de partida a proposta inovadora de utilizar os conceitos advindos da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe na compreensão acerca do fenômeno da participação dos evangélicos na política nacional.

2 Evangélicos na política

Importantes estudos já foram realizados sobre a inserção evangélica na política brasileira no período pós 1987. Dentre os estudos já realizados, cabe destacar inicialmente o pequeno, mas de grande impacto, artigo escrito por Antônio Flávio Pierucci intitulado: *Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte*, trabalho que foi apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, no ano de 1988. A proposta deste texto, segundo o próprio autor, é dar continuidade a uma investigação iniciada no ano de 1985 sobre a ação eleitoral das bases da *direita política* no Brasil pós-abertura (PIERUCCI,1989).

Pierucci identifica a bem sucedida mobilização eleitoral de setores do protestantismo conservador, apresentando-se como uma alternativa política para os demais membros de suas igrejas e seus líderes. A crescente participação evangélica começa a gerar dúvidas, assim, torna-se preciso investigar a forma que se estabelece esta dinâmica social do campo religioso como um todo. (PIERUCCI,1989).

Naquela circunstância, era impossível não notar a presença de evangélicos na política. Em 1987, o conjunto total era de 34 parlamentares. Pierucci busca identificar não apenas aqueles parlamentares situados no espectro conservador da Câmara, mas também aqueles mais populares, o setor progressista, uma esquerda evangélica, mesmo que esta seja minoritária.

Ao analisar a atuação deste grupo conservador no Congresso, Pierucci argumenta que este mesmo grupo, evangélico conservador e fundamentalista, constitui-se como uma “nova direita”, entretanto, ao mesmo tempo, onde este identifica um caráter conservador demonstra também a sua origem popular. Como afirma o próprio autor:

Pretendo argumentar que o ativismo evangelista conservador tem apelos populares muito fortes ao trazer para a arena da luta política demandas de cunho tradicionalista e moralista que, afinal de contas, não deixam de ser demandas reais dos setores populares com estoque muito limitado de informações políticas, apreensão menos articulada dos fatos políticos e da política como política e que, por isso mesmo, não separam as esferas da política e da moralidade privada (PIERUCCI, 1989, p.107).

Pierucci defende que houve um abandono por parte dos setores evangélicos da ideia de não se envolver em disputas políticas, mobilizando assim uma poderosa camada de eleitores, fiéis que fazem parte do seu mesmo grupo confessional. A presença constante na imprensa também é notável, diversos parlamentares evangélicos eleitos a partir de 1987 são comunicadores.

Outro ponto importante é com relação à questão da representação. Lideranças evangélicas traziam para o debate político o posicionamento acerca do papel privilegiado que eles detinham na Câmara, papel este denominado de “representantes de Deus”, da “maioria do povo”. Assim, estes teriam certa vantagem na forma de atuação.

Pierucci também identifica um fato curioso sobre a atuação dos evangélicos, trata-se da questão da participação nas comissões. Dentre as mais importantes, cabe destacar a Comissão de Soberania e Garantia dos direitos do Homem e da Mulher. Nesta comissão a participação do grupo volta-se principalmente para o tema da homossexualidade, repudiando a questão da igualdade de direitos, na defesa dos valores cristãos, tradicionais e da moral sexual convencional. (PIERUCCI, 1989).

Outra comissão destacada foi a Comissão da Família, Educação e Cultura, com a mesma estratégia da anterior, centrar forças nas teses conservadoras de moral familiar privada. (PIERUCCI, 1989). A presença nas subcomissões também foi importante, nada menos do que em 16 das 24 subcomissões em que se dividiram em comissões.

A mídia começa a perceber a atuação evangélica na Constituinte⁵, e, assim, surgem os primeiros boatos de um “bloco dos evangélicos”, fato este destacado principalmente pelo trabalho desenvolvido nestas comissões, algumas inclusive sendo alvo de argumentações polêmicas. A abordagem midiática destacada trata o grupo como o primeiro a superar as diferenças partidárias, ou seja, parlamentares unidos pelo mesmo objetivo □ procurar barrar na Constituinte as iniciativas por eles consideradas anticristãs, como por exemplo, a legalização do aborto (PIERUCCI, 1989).

Pierucci argumenta que os momentos em que eram identificadas situações de união por parte deste setor, eram principalmente naqueles pontos situados fora da política, na questão dos bons costumes cristãos e de defesa da moralidade privada tradicional, no entanto, como o próprio autor coloca, esta bancada, composta por 34 evangélicos, está longe de ser homogênea tanto no que se refere à política, quanto na base ideológica.

O conteúdo identificado nos pronunciamentos de parlamentares evangélicos também é objeto de ênfase. Assumindo uma postura conservadora, estes discursos, chamam a atenção pela carregada retórica religiosa, bíblica e moralista, usando todos estes símbolos bíblicos: a família, o sexo e a mulher, propondo assim uma ação política voltada para os valores conservadores, tradicionalistas e restauracionista (PIERUCCI, 1989).

Outro trabalho importante em torno do tema da participação evangélica na política é a tese de doutorado defendida por Paul Freston em 1993, intitulada *Protestantes no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Freston, através da análise sobre a entrada dos pentecostais na política, chega a importantes conclusões.

Assim, Freston questiona como lideranças pentecostais, principalmente aquelas vinculadas à denominação pentecostal Assembléia de Deus, decidem mudar o panorama tradicional no qual o discurso muitas vezes utilizado por elas era “*crente não se mete em política*”, (FRESTON, 1993), todavia a partir de determinado momento decidem ingressar na carreira política.

⁵ Neste mesmo artigo Pierucci explica que a construção da pesquisa foi em torno de notícias veiculadas nos grandes meios de comunicação da época (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e Revista Veja, 1/7/1987), que noticiavam a inserção dos evangélicos no Congresso Constituinte.

A Assembléia de Deus tem como princípio lançar candidaturas oficiais, é o caso do projeto Cidadania AD Brasil responsável pela eleição de vinte e dois deputados federais em 2002. Segundo os seus representantes parlamentares, apresentam-se como um grupo coeso na Câmara.

Freston, em sua tese, já afirmava que o crescimento evangélico na política aumentaria nos próximos anos, e que isso acarretaria algumas futuras implicações. A inserção evangélica, a partir 1986, era identificada principalmente nos partidos conservadores ou fisiológicos e muitos destes deputados, apresentavam uma origem social mais baixa. A classe política pentecostal basicamente era representada por comunicadores, familiares de pastores e empresários (FRESTON, 1993).

Durante a Constituinte, Freston identifica o fato de que houve tentativas, principalmente por parte dos protestantes históricos, de aglutinar estes parlamentares evangélicos, mesmo sendo dispersos partidariamente. Como o próprio autor afirma:

As diretrizes eram a unidade em questões comportamentais, a postura positiva para com o governo e o esvaziamento religioso de questões como a reforma agrária. A bancada foi logo contestada por uma minoria com outra concepção de política. Posteriormente, surgiu uma liderança pentecostal mais “agressiva” no estilo e menos direitista (FRESTON, 1993, p.282).

Mais adiante, com relação à temática desenvolvida pelo setor evangélico no espaço Legislativo, ele argumenta:

Em termos legislativos, os evangélicos deram ênfase à família, à mídia e ao simbolismo religioso na vida pública. Segundo a nota DIAP⁶, os pentecostais constituíram mais um centro fisiológico do que uma direita ideológica (FRESTON, 1993, p.282).

Concluindo a sua tese, Freston chega a uma importante conclusão sobre a questão da crescente participação evangélica na política, mais precisamente sobre o grau de pluralidade dos evangélicos nos espaços políticos de discussões, assim, dificultando a formação de um grupo coeso, mas que também isso pode ser considerado como bom para a democracia. Na seguinte passagem, a argumentação desenvolvida sobre o tema da democracia vinculada à religião fica mais clara.

O protestantismo brasileiro, por mais que cresça, não formará uma neo-cristandade evangélica. O campo evangélico é segmentado por essência; todos os esforços de unificá-los serão contestados. O fato de que a religião que mais cresce no Brasil e que tem mais ambição política é institucionalmente dividida e opera num formato pluralista é bom para a democracia, quaisquer que sejam as pretensões de alguns líderes (FRESTON, 1993, p.287).

Partindo para uma abordagem mais recente sobre a inserção dos evangélicos na política, Leonildo Campos, desenvolve um importante estudo, concentrado mais na participação dos evangélicos pertencentes à Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições de 2002 (CAMPOS, 2002). O autor também identifica uma alteração profunda no que diz respeito ao comportamento e à mentalidade evangélica sobre a participação na política, e muito disto decorre da mudança no discurso, agora tratado como discurso de legitimação, de uma “escolha divina”.

⁶ Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Segundo o autor, somente a Igreja Universal conseguiu eleger em 2002, nada menos do que 18 de seus membros, entre eles muitos pastores e bispos, e outros quatro, embora não façam parte desta igreja, possuem algum tipo de vinculação com a mesma, devido ao apoio obtido.

A bancada totalizada de membros da Igreja Universal do Reino de Deus é composta por 22 deputados. Houve um aumento expressivo da denominada “bancada evangélica”, passando de 46 para 55 parlamentares. Campos enfatiza que a maioria destes parlamentares concentrou-se no Partido Liberal (PL), quatorze no total, outros cinco no Partido Socialista Brasileiro (PSB), cinco no Partido Democrático Trabalhista (PDT), e apenas um no Partido Popular Socialista (PPS).

O setor evangélico iurdiano⁷ continuava sobre o controle do Deputado Federal do Rio de Janeiro Bispo Carlos Rodrigues, coordenador político muito influente dentro da Igreja Universal na escolha de seus representantes na Câmara. Segundo o autor, a bancada de deputados iurdianos é considerada uma das mais unidas do parlamento brasileiro nos últimos anos (CAMPOS, 2002), principalmente em termos de negociação.

Campos argumenta que a caracterização do desempenho dos deputados da IURD, na Câmara, é tida como uma “missão” por parte de suas lideranças, cita como exemplo Bispo Rodrigues, um contato estabelecido entre seus fiéis e representantes políticos, desta forma defende:

Nos parece que o grande foco de interesse da IURD está na Câmara Federal, pois é nela que surgem temas e há Comissões que interessam muito de perto o império empresarial construído pela IURD. Na Câmara, esses “Políticos de Cristo” procuram se integrar em comissões-chave, por meio das quais possam interferir como grupo parlamentar de pressão, de forma a defender os interesses da igreja (CAMPOS, 2003, p.95).

Concluindo o seu trabalho, Campos apresenta dúvidas sobre um debate interessante. Existem perguntas frequentes sobre a participação evangélica na política, se este crescimento será compatível com a democracia ou não, se o movimento pentecostal abre caminho para uma nova onda democratizante no Brasil. Apesar de este tema sobre a democracia suscitar um intenso debate, não é o objetivo deste artigo⁸.

Outro ponto defendido pelo autor é sobre a necessidade da instituição religiosa exercer a função política. Sem a igreja, um “Político de Cristo” nada é; acaba perdendo a sua função de locutor, pois o discurso não lhe pertence, é apenas um mero coadjuvante (CAMPOS, 2003).

Por fim, um artigo de importante contribuição para este tipo de investigação é o desenvolvido por Joanildo Albuquerque Burity. (BURITY, 2002). Este artigo demonstra a discussão acerca da participação dos evangélicos na política, mais precisamente no processo eleitoral brasileiro de 2002.

Diversos foram os debates sobre este tema na época em questão, assim como não foram poucas as caracterizações sobre esta mobilização evangélica em torno da política. Conceitos como: democracia, discurso político, comportamento político e participação eleitoral evangélica ganham ênfase ao longo de toda a investigação aplicada por Burity. O autor conclui a primeira parte de seu trabalho afirmando que existiam diferentes discursos sobre a participação evangélica na política em 2002.

⁷ O termo iurdiano, que será utilizado extensivamente nesta dissertação, foi empregado por Ari Pedro Oro em seu artigo intitulado *Organização eclesial e eficácia política* publicado na Civitas – Revista de Ciências Sociais v.3, nº1, junho de 2003.

⁸ Com relação ao tema da participação política dos evangélicos e os reflexos sobre a democracia brasileira ver Fonseca (2002), Burity (2006) e Rodrigues (2006).

Alguns discursos empregados por políticos, burocratas e intelectuais, acabam caracterizando esta participação como uma “ameaça para a Democracia do País”, levantando diversas suspeitas sobre as “intenções” e o grau de “compromisso democrático” destes novos atores. (BURITY, 2002).

Para buscar a compreensão deste fenômeno político, ou seja, a participação dos evangélicos na conjuntura eleitoral de 2002, Burity destaca uma série de questões e representações sobre as eleições presidenciais. O autor condensa estas questões em quatro aspectos sem pretender sistematizar:

Em que medida esta crescente presença eleitoral e parlamentar diz respeito a um deslocamento do político para outras áreas do social, em função da crise ou esgotamento das práticas e instituições tradicionais da política; como balancear a discussão sobre o carisma institucional das igrejas com a heterogeneidade organizacional e política do campo evangélico; se existe uma clivagem religiosa no sistema político brasileiro, que apontaria para uma tendência à confessionalização; e a urgente necessidade de dar maior rigor conceitual às relações entre religião e política/partido/voto. (BURITY, 2002, p. 177-178)

Sobre as hipóteses levantadas pelo autor, ao contrário de diversos autores, Burity não crê na tese de uma despolitização do político, devido a uma crescente participação religiosa nas diferentes esferas políticas, a hipótese do esgotamento do político não responde a um dado objetivo do processo em curso. Também criticando outros pontos, Burity (2002) contesta a idéia de uma “Bancada Evangélica”, argumentação presente também na obra de Alexandre Fonseca, que caracteriza esta “bancada” como um “mito”. (FONSECA, 2002).

A análise do comportamento de parlamentares pode revelar o contrário, não existe homogeneidade, é apenas em dois momentos que ela pode surgir □ nas questões corporativas e na defesa de valores morais caros à coletividade evangélica. Consequentemente, não existe total subordinação dos parlamentares aos ditames de suas lideranças eclesiais; o que pode existir são ajustes e recomposições em relação ao campo religioso (e não religioso) na política.

Outro ponto importante é com relação à clivagem religiosa na política. Burity afirma que não há qualquer evidência de que uma clivagem religiosa vá se afirmar na política, primeiro porque não há um alinhamento evangélico com uma única tendência partidária e ideológica, segundo porque não há uma questão de natureza religiosa ou polarizadora de posicionamentos religiosos que esteja recortando o espectro político ou que defina um agrupamento estável de vinculação religiosa no eleitorado.

O autor também considera como remotas as hipóteses que dizem que se tais “bancadas religiosas” entenderem de forma radicalmente corporativa sua presença no parlamento, disputas em torno de questões não-religiosas poderiam ser resignificadas em bases confessionais, existem sim, tendências à convergência entre os assuntos (como aborto, sexualidade, etc.), para além de diferenças denominacionais a partir do critério do conservadorismo religioso e moral nesses assuntos. (BURITY, 2002).

Em torno destas discussões e da análise discursiva empregada, Burity defende que os discursos eleitorais dos evangélicos, carregado de elementos debatidos no âmbito social, como a questão da saúde, família, educação, violência, contribuem para ampliar a agenda corporativista atribuída aos evangélicos nas eleições de 2002.

Um elemento importante defendido pelo autor logo no início deste artigo adverte que existe um desinteresse de cientistas políticos pelo assunto, ou seja, pela questão da temática religiosa-pentecostal no comportamento eleitoral. No entanto, é importante recordar que existem trabalhos sobre a participação evangélica na política de

forma satisfatória, alguns inclusive aqui colocados, realizados em diferentes conjunturas políticas, a partir da participação na Assembléia Constituinte.

Porém, é em termos de carência de produções científicas, que realizem uma profunda análise do discurso, tendo como ponto de partida estes “novos” atores na política em períodos pós-eleitorais. É preciso concordar com Burity já que há falta de trabalhos que abordem esta temática, ou seja, análises mais empenhadas na produção discursiva deste segmento evangélico nos próprios espaços de atuação, Assembléias Legislativas, Câmara Federal, Senado etc.

Burity contribui neste aspecto, trazendo à tona questões que dizem respeito ao caráter destas discussões, a questão da linguagem moral, a ambiguidade, a forma de mobilizar o discurso religioso, dependendo de sua articulação a outros discursos mais ou menos críticos ao *status quo*.

É importante também enfatizar as diferentes visões que se criam acerca do uso do discurso religioso, algumas com a caracterização de um discurso que pretende “salvar” a política, outros com uma visão de que este discurso pretende manipular, possuindo assim um despreparo político para assumir o papel público. Para isto, Burity adverte que na análise se deve ter o cuidado com relação à origem do discurso que critica (ou elogia) a participação eleitoral dos evangélicos. Através desta exposição, os temas abordados nesta seção demonstram a pertinência da discussão sobre a variável religiosa na política brasileira.

3 Teorias do discurso

Esta seção do artigo será destinada a uma exposição das contribuições teóricas sobre a análise do discurso de autores como Michel Foucault, Dominique Maingueneau e, principalmente, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. O quadro teórico e metodológico apresentado, sobretudo pelos últimos autores servirá de guia para a presente pesquisa, ou seja, neste espaço discursivo que é a Câmara Federal, focalizado principalmente nos discursos de deputados federais evangélicos.

Apesar da proposta de pesquisa ter como referencial principal a teoria do discurso de Ernesto Laclau, a investigação fará uso de algumas contribuições importantes de outros autores que trabalham com a investigação da dinâmica discursiva. O primeiro deles é Michel Foucault. Sua teoria desempenha um papel fundamental, principalmente através da obra *A Arqueologia do Saber*, com relação ao estudo do funcionamento das denominadas formações discursivas. Foucault nesta obra decide questionar a ordem das “sínteses acabadas”, que muitas vezes são aceitas antes de qualquer tipo de exame. (FOUCAULT, 1997). No que diz respeito à análise discursiva, Foucault enfatiza:

A análise do campo discursivo trata de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixa seus limites, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados (FOUCAULT, 1997, p.31).

É preciso esclarecer o que Foucault define por enunciado. Na sua arqueologia, o enunciado é sempre tratado como um acontecimento, onde nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente. Como o autor argumenta, trata-se de um acontecimento estranho porque está ligado de um lado por um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas por outro lado, abre para si mesmo uma existência

remanescente no campo de uma memória ou na materialidade dos manuscritos. (FOUCAULT, 1997).

Com isso, Foucault estabelece distinções sobre as relações entre os enunciados, as relações entre grupos e enunciados estabelecidos, e também relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem inteiramente diferente (FOUCAULT, 1997), ou seja, o autor pretende descrever todo este jogo de relações enunciativas em seus próprios espaços. Porém, para Foucault o discurso é sempre linguístico. Com relação ao que é considerado por Foucault como discurso, a próxima passagem evidencia bem a sua proposta.

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo . (FOUCAULT, 1997, p.61)

Outra categoria importante para analisar os acontecimentos discursivos desenvolvida por Foucault em sua obra é a das formações discursivas. Para Investigar principalmente como se constrói o discurso sobre a loucura, Foucault estabelece uma linha de pesquisa sobre as diversas relações que se estabelecem entre objetos e que constroem este tipo de discurso, trazendo à tona a forma como estes objetos se relacionam em uma dispersão. A formação desses objetos geralmente é garantida por um conjunto de relações entre o que Foucault denomina como instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Sobre a formação discursiva com relação à temporalidade, na sua arqueologia, Foucault defende que:

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos (...); coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais (FOUCAULT, 1997, p. 82).

A categoria relacionada às formações discursivas, como poderá ser percebida logo mais adiante, traz uma importante contribuição para a construção da análise em questão. Por fim, Foucault argumenta que, com relação ao discurso, este possui regras. É evidente que não é possível falar sobre tudo em todos ou qualquer momento. No capítulo destinado a descrição dos enunciados, Foucault apresenta uma definição de discurso:

Chamaremos discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (...) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 1997, p.135).

Outro autor importante que merece destaque, também advindo da tradição francesa da análise discursiva, é Dominique Maingueneau. Serão aqui explorados principalmente alguns aspectos teóricos deste autor que aparecem na sua obra *Gênese dos discursos* (2008). Neste livro, o autor dedica-se a propor novos conceitos, novas

formas de tratar o discurso, além do que já era estabelecido pela tradição francesa presente no denominado movimento *Althusseriano*.

Para fins de análise, esta obra de Maingueneau ainda demonstra mais a sua importância para esta pesquisa, porque trata de investigar o discurso religioso, a sua dimensão “doutrinal”. Ao utilizar algumas definições de Michel Foucault, autor muito citado ao longo da obra, Maingueneau propõe não apenas empregar como uma unidade de análise uma formação discursiva, mas a interação entre duas formações discursivas. (MAINGUENEAU, 2008).

Na sua concepção, o discurso deve ser pensado como “prática discursiva”, repleto de regras que determinam a especificidade de uma enunciação. Assim como Foucault, Maingueneau trata de estabelecer um *corpus* discursivo de análise, neste caso o discurso religioso do humanismo devoto e do jansenismo no século XVII. Concebe que o discurso não pode ser percebido como um gênero, em que outros tipos seriam dele derivados, não existe um discurso na forma absoluta e acabada. Os discursos se entrecruzam em todos os sentidos, multiplicando-se em várias dimensões. (MAINGUENEAU, 2008).

O autor estabelece uma importante distinção entre universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo, no entanto, estes dois últimos demonstram uma maior importância, sobretudo pela noção de concorrência entre os discursos que acaba surgindo dentro do campo discursivo.

“Concorrência” deve ser entendida da maneira mais ampla; ela inclui tanto o confronto aberto quanto à aliança, a neutralidade aparente etc (...) entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode-se tratar do campo político, filosófico, dramático, gramatical etc. (...) esse recorte em “campos” não define zonas insulares; é apenas uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas (MAINGUENEAU, 2008, p.34).

Segundo Maingueneau, é dentro do campo discursivo que se constitui um discurso. No que diz respeito ao discurso, outro aspecto importante abordado na sua obra é com relação às restrições estabelecidas para este. O discurso resulta do relacionamento desse sistema de restrições penetrado por alguns códigos advindos de uma determinada conjuntura histórica, e é isso que o acaba individualizando. O sistema de restrições não pode ser concebido como a “essência” de um discurso, pois não existe uma essência. Ele é apenas uma estrutura que se pode investir nos universos textuais mais diversos. (MAINGUENEAU, 2008).

Uma importante passagem, para os fins desta análise, traz um breve exemplo sobre o discurso político-eleitoral, como ele se constitui em uma determinada conjuntura. O discurso apresenta-se sobre a forma de um conjunto, assim:

Todo o discurso que quer ser aceito é obrigado a se impor determinado número de temas: ampliação das liberdades, segurança dos cidadãos, qualidade de vida (...) serão tratados diferentemente pelos discursos que serão obrigados a abordá-los (...) É por sua formação discursiva e não pelos seus temas que se define a especificidade de um discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 84).

A importância desta passagem destacada ganhará maior ênfase, sobretudo no momento em que será realizada a análise discursiva dos pronunciamentos no plenário da Câmara, o momento em que estes temas garantem a sua forma de maneira mais

explícita. O discurso é construído diante do que o “Outro” (MAINGUENEAU, 2008) pode integrar e por ele ser integrado. Neste permanente ato de construção, o discurso responde ao inimigo, obedece a uma dinâmica de conflito, ele dá e recebe golpes, ou seja, uma situação na qual estamos sempre envolvidos, a ação conflituosa, a polêmica, está sempre presente no interior do discurso.

4 Aspectos da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

A proposta desta seção será a de trazer as categorias de análise desenvolvidas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para os fins desta análise. A opção por citar a teoria desenvolvida por estes autores em uma seção especial, é pelo fato de esta ser considerada como a principal contribuição teórica e um guia para análise. Obviamente que as contribuições de Michel Foucault e Dominique Maingueneau, citadas anteriormente, serão utilizadas para os fins desta pesquisa, no entanto, no exemplo apresentado neste artigo, a teoria do discurso de Laclau será exibida com maiores detalhes, pois ela servirá como o principal aporte teórico e metodológico.

A teoria do discurso de Laclau e Mouffe, também chamada teoria da hegemonia, teoria pós-marxista entre tantas outras denominações, pode ser considerada uma nova forma de pensamento sobre o tratamento de algumas questões clássicas como a caracterização do social e do político. O livro de Laclau e Mouffe *Hegemonia y Estrategia Socialista: hacia una radicalización de la democracia* publicado em 1985, serviu como ponto de partida para a estruturação desta teoria, já que na sua obra anterior, *Política e ideologia na tradição marxista* (1978), Laclau ainda estava preso a alguns conceitos provenientes da tradição marxista.

É muito importante destacar que a sua obra, apesar de tecer críticas à teoria marxista, principalmente no que diz respeito à visão reducionista sobre a luta de classes e o papel da economia, ela ainda se preocupa em trazer elementos provenientes do marxismo, porém, pretende superá-los através do desenvolvimento de suas teses.

Importantes conceitos desenvolvidos por Laclau já aparecem em *Hegemonia y Estrategia Socialista*. No entanto, um conceito desta obra que merece destaque para os fins desta análise, é o conceito de antagonismo. Vale lembrar que este é um conceito derivado não apenas do antagonismo de classe, mas das diferentes relações antagônicas que se estabelecem em diferentes planos do social. A realidade do social é repleta de diferenças discursivas, e neste aspecto, o antagonismo serve para dar um caráter de negatividade ao que é considerado como o “Outro”. Porém, nem sempre os antagonismos surgem das contradições, ou até mesmo das oposições.

Laclau e Mouffe defendem que não existem identidades totais que possam estar localizadas permanentemente em pólos antagônicos, elas se tornam antagônicas em uma determinada circunstância discursiva, mas que podem mudar de posição. Na obra destes autores, isto fica explícito na seguinte passagem:

Participamos todos em numerosos sistemas de crenças que são contraditórios entre sí e, no entanto, nenhum antagonismo surge destas contradições. A contradição não implica, pois, necessariamente, uma relação antagônica. Mas se excluído tanto a “oposição real” como a “contradição” como categorias que permitam dar conta do antagonismo, pareceria que a especificidade deste último fora inapreensível. As descrições usuais dos antagonismos na literatura sociológica ou histórica confirmam esta impressão: elas explicam as *condições* que fizeram os antagonismos possíveis, mas não os antagonismos como tais (LACLAU & MOUFFE, 1987, p.213)

Laclau também dedica sua obra a um trabalho de reinterpretação do social. Segundo este autor, o social deve ser percebido como uma articulação. Para ele, a sociedade interpretada como uma totalidade já acabada é impossível. Laclau defende a idéia de impossibilidade da sociedade para romper com os enfoques sobre uma suposta totalidade fundante do social, contrapondo-se a visão essencialista. Entende-se impossibilidade porque ela jamais alcança uma base sólida, segundo Laclau, o social apenas existe, contudo, como um esforço para construir aquele objeto impossível (LACLAU & MOUFFE, 1987), e este mesmo social está sempre inclinado a sofrer processos articulatórios.

Assim, qualquer identidade no âmbito social é resultado de uma articulação discursiva. Laclau aceita a *infinitude do social*, o fato de que todo o sistema estrutural é limitado, está sempre rodeado por um excesso de sentido, o social deve ser identificado como um jogo infinito das diferenças. (LACLAU, 1990).

Para entender o processo de construção do social, a partir da teoria do discurso, Laclau utiliza-se de uma série de contribuições de diversos autores provenientes dos mais diferentes campos de investigação: da psicanálise, da política, da filosofia e da linguística. Para chegar ao conceito de discurso de Laclau, antes é preciso entender como ele constrói este conceito, sobre quais definições e em que circunstâncias ele é perceptível. A noção de articulação é fundamental para esta percepção. É através dela que Laclau reelabora o conceito de hegemonia. Desta forma Laclau e Mouffe afirmam sobre a articulação:

Chamaremos articulação qualquer prática que estabelece uma relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória chamaremos de discurso. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas num discurso, chamaremos de momentos. Por contraste, denominamos elemento qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada (LACLAU & MOUFFE, 1987, p.177).

Esta passagem encontrada em *Hegemonia y estrategia socialista* revela importantes aspectos que serão explicados minuciosamente ao longo da obra. Nela, estão contidas importantes conceitos como o de discurso, prática articulatória, momentos e elementos, que aparecem ao longo da obra e certamente na trajetória intelectual de Laclau em seus escritos mais contemporâneos. O primeiro aspecto desta passagem é com relação à noção de articulação. A prática articulatória faz com que os diferentes elementos, o que pode ser perfeitamente exemplificado como diferentes grupos, com diferentes “bandeiras” de lutas, mas que são vítimas de um mesmo governo autoritário, passem a agir de forma conjunta, assim tornando-se momentos.

A alteração da identidade é consequência desta articulação, o resultado desta prática, que altera as características mais peculiares de um grupo que ingressa na prática articulatória, é o que Laclau chama de discurso. No entanto é importante destacar que o resultado desta prática não é uma simples soma de elementos. Para um melhor entendimento sobre o que representa uma prática articulatória, a seguinte passagem na mesma obra diz:

A prática da articulação consiste, portanto, na construção de pontos nodais que fixam parcialmente sentidos; o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, de um constante transbordamento

de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU & MOUFFE, 1987, p.193).

Neste trecho, surge um novo elemento importante para compreender este aspecto da sua obra. Trata-se do que é denominado como o ponto nodal, o discurso capaz de articular as mais diversas demandas diante de uma fronteira antagônica instável. O ponto nodal, ou aquele momento do discurso que é capaz de aglutinar, é proveniente da psicanálise lacaniana. Laclau parte desta referência e chama de pontos nodais aqueles pontos discursivos privilegiados dentro de uma fixação parcial de sentido, mesmo que estes apresentem ainda todo um caráter de contingência e precariedade. (LACLAU & MOUFFE, 2004). Estes pontos discursivos resultam de um momento de oposição a algo que é percebido como inimigo, ou seja, aquilo que de fato representa uma ameaça, um antagonismo.

Nessa leitura, o antagonismo revela assim a sua importância. Outros autores também trabalharam com esta noção como Karl Marx e Carl Schmitt. No entanto, Laclau trata a categoria de antagonismo na sociedade de uma forma especial, pois ela é importante na sua reformulação do novo conceito de hegemonia. Neste aspecto, Laclau argumenta que uma contradição necessariamente não representa uma relação antagônica, quando se estabelece esta relação à presença de uma identidade plena, vai se tornando impossível.

O antagonismo, segundo Laclau, tem esta capacidade de estabelecer os limites de toda objetividade (LACLAU, 1990) e isto acaba valendo para qualquer identidade. Sobre esta relação antagônica, a presença do “Outro” ganha ainda maior ênfase. Este “Outro”, que está situado do outro lado da fronteira antagônica adquire o aspecto de negatividade, neste caso é identificado como o adversário. A demarcação acaba criando duas formas de identidade, estes diferentes grupos situados em lados opostos estabelecem uma relação de equivalência em cada pólo. A ligação estabelecida é o que Laclau chama de cadeia de equivalências.

Com relação à afirmação na qual esta presença de um “Outro” que coloca obstáculos e impede que o mesmo seja ele em sua forma completa, o conceito de antagonismo desenvolvido deixa mais clara esta afirmação na seguinte passagem de *Hegemonia y estrategia socialista*.

Mas, no caso do antagonismo, encontramos uma situação diferente: a presença do “Outro” me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não se coloca a partir de identidades completas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas! A presença do Outro não é uma impossibilidade lógica, já que existe – é dizer, não é uma contradição; porém também não é absorvida como momento diferencial positivo em uma cadeia causal, já que neste caso, a relação estaria dada por cada força e não haveria negação deste ser (LACLAU & MOUFFE, 1987, p.214).

Nesta mesma obra, Laclau e Mouffe defendem que estes antagonismos não são interiores, mas sim exteriores à sociedade, eles são os responsáveis por estabelecer estes limites não somente à sociedade, mas a toda constituição discursiva e decorrente disto é a idéia de impossibilidade da sociedade em sua constituição plena (LACLAU & MOUFFE, 2004).

Com este aporte sobre as relações antagônicas, surge a idéia desenvolvida de fronteiras no espaço discursivo. Percebe-se um adversário em relação ao qual se traça uma fronteira, um limite que cria duas grandes formas de identificação, cria um “nós”, do lado de cá, e cria um “eles”, do lado de lá. (BURITY, 2008).

As fronteiras são instáveis, revelam ambiguidade. Para compreender melhor isto, Laclau e Mouffe estabelecem as lógicas da equivalência e da diferença. A lógica da equivalência é a lógica de simplificação do espaço político, a lógica da diferença é uma lógica de expansão e complexização do mesmo. (LACLAU & MOUFFE, 2004).

Um ponto importante destacado na obra é com relação ao aspecto de negatividade de um objeto, nesta direção, os autores afirmam que certas formas discursivas, através da equivalência, anulam toda a positividade de um objeto e dão uma existência real à negatividade enquanto tal. (LACLAU & MOUFFE, 2004). O social, desta forma, apresenta todo o seu caráter de impossibilidade, justamente por ele estar repletamente penetrado pela lógica antagônica.

A composição discursiva de uma identidade, usando como exemplo a identidade política, surge sempre diante da tensão entre as lógicas da diferença da equivalência. (MENDONÇA, 2008). Estes argumentos⁹ foram colocados para corroborar com a idéia da impossibilidade de emancipação, diante de estudos referentes à observação de lutas populares que possuem diferentes “bandeiras” democráticas.

Através da dinâmica da articulação, das práticas estabelecidas, da noção antagônica e do aspecto da negatividade encontrado, torna-se possível diagnosticar no que consiste a hegemonia ou a sua prática. Para Laclau, a hegemonia discursiva consiste em um espaço, e este espaço é um local que requer preenchimento; existe uma disputa permanente pela hegemonia. Esta relação conflitiva e a instabilidade das fronteiras que separam os diferentes discursos é o que determina o caráter político de toda relação hegemônica. Existe uma disputa de identidades sociais pela hegemonia, na tentativa de criar um significado coletivo, um valor universal.

Diversos discursos entram em competição, tentam adquirir um caráter universal. A soma de diferentes demandas, que deixam a sua particularidade de lado e passam a assumir este caráter universalizante, é o que Laclau chama de hegemonia. Através desta abordagem, os autores buscam superar a literatura, sobretudo marxista, que está baseada na questão da luta de classes como elemento central na hegemonia. Para Laclau, a hegemonia parte de qualquer relação de luta política, naquelas situações em que são perceptíveis discursos que tornam-se dominantes. Assim, esta categoria não se restringe apenas a dinâmica da luta de classes.

A hegemonia, segundo Laclau e Mouffe se constitui em um campo borrado por antagonismos e supõe, portanto, fenômenos de equivalência e efeitos de fronteira. No entanto, os autores também colocam que nem sempre o antagonismo supõe práticas hegemônicas; não há hegemonia quando não há articulação entre estes diferentes elementos caracterizados como “flutuantes” (LACLAU & MOUFFE, 2004).

Para conceber este conceito de hegemonia, a análise parte da constatação das diversas lutas encontradas no social, o que evidencia a idéia de pluralidade. Assim, partindo deste marco, para se chegar à articulação hegemônica, duas condições são necessárias: a presença de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam (LACLAU & MOUFFE, 2004). No entanto, o que importa frisar é que só

⁹ Do ponto de vista da lógica da diferença, esta se dá pela percepção identitária como tal, o que Laclau (2005) denominou, em seu último trabalho, de demandas democráticas, que nascem isoladas num primeiro momento e que, por estarem isoladas, estão imersas numa lógica da diferença, pois não estão articuladas com outras demandas democráticas. Já do ponto de vista da lógica da equivalência, Laclau (2005) afirma que esta última somente é possível se as demandas democráticas isoladas passarem a constituir, a partir de um ponto nodal, uma relação de equivalência, ou seja, a articulação dessas diferenças em torno de um ponto discursivo privilegiado que faria sentido a todas elas, possibilitando aí com que as mesmas se articulassem em torno de uma lógica equivalencial (MENDONÇA & RODRIGUES, 2008, p.64).

através das práticas articulatórias é possível chegar a um discurso hegemônico dominante.

Por fim, é importante afirmar como se processou o desenvolvimento do conceito de discurso através destes autores na obra *Hegemonia y estrategia socialista*. Em termos de análise, Laclau e Mouffé argumentam que estamos diante de uma fragmentação de elementos, todos dispersos, cabendo assim a uma estrutura discursiva chamada de prática articulatória, estabelecer a unidade entre estes elementos. O discurso é o que tem esta capacidade de estabelecer a união entre os diferentes elementos fragmentados. Em *nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo* Laclau elabora um conceito de discurso extremamente compreensível.

Esta totalidade que inclui dentro de sí o lingüístico e o extralingüístico é o que chamamos discurso. Em um momento justificaremos esta decisão; porém o que deve estar claro desde o começo é que por discurso não entendemos uma combinação de fala e escritura, e sim, pelo contrário, a fala e a escritura são somente componentes internos das totalidades discursivas. (LACLAU, 1990, p.114)

A passagem acima citada deixa claro o que é denominado como discurso. Ele não se constitui apenas no momento da fala, ou do gesto, mas parte de ambos, inseridos desde já dentro do âmbito de uma totalidade. A noção de significado é extremamente importante na lógica discursiva. Segundo Laclau, toda configuração social é uma configuração significativa. (LACLAU, 1990). Atribuimos diferentes significados a um mesmo acontecimento.

Diante de diferentes relações estabelecidas no plano social, um mesmo objeto pode possuir diferentes significados, dependendo da ocasião em que ele é utilizado, muda a sua significação. Para um melhor entendimento desta afirmação, na obra *Nuevas reflexiones* (1990), Laclau utiliza um importante exemplo:

Se chuto um objeto esférico na rua ou se chuto uma bola de futebol em uma partida de futebol, o fato *físico* é o mesmo, porém o seu significado é diferente. O objeto é uma bola de futebol somente na medida em que ele estabelece um sistema de relações com outros objetos, e estas relações não estão dadas por uma mera referencia material dos objetos, mas são, pelo contrário, socialmente construídas (LACLAU, 1990, p. 114).

Laclau e Mouffé tecem críticas à teoria do discurso de Foucault, porque ele estabelece uma distinção entre práticas discursivas e não discursivas. Para eles todo objeto se constitui em um objeto de discurso. (LACLAU & MOUFFE, 2004). Dentro de uma estrutura discursiva, o discurso não revela apenas um caráter mental, mas também material, ele é capaz de estabelecer a união entre os gestos e as palavras, assim, todo discurso é uma prática discursiva. Nesse sentido, Laclau enfatiza com outro importante exemplo:

Suponhamos que estou construindo um muro com outro pedreiro. Em um certo momento peço ao meu companheiro que me passe um tijolo e logo ponho este último no muro. O primeiro ato – pedir o tijolo – é lingüístico; o segundo – colocar o tijolo na parede – é extralingüístico (LACLAU, 1990, p.114).

Esta capacidade de unir diferentes palavras e ações demonstra todo o caráter complexo da categoria de discurso, porque nem sempre os diferentes elementos que aparecem no momento da produção de sentido são explícitos, é preciso captar suas

diferentes formas de união. O conceito de discurso de Laclau, dessa forma, propõe abarcar todas estas complexidades que surgem, mesmo aquelas difíceis de perceber em um primeiro momento.

Vale ressaltar que este discurso está fixado em uma totalidade que apresenta toda a sua precariedade e contingência. Todos os sentidos são provisórios nas relações discursivas estabelecidas. Laclau e Mouffe colocam um ponto decisivo no argumento acerca da questão da sociedade como objeto de investigação percebida como totalidade.

O caráter incompleto de toda totalidade leva necessariamente a abandonar como terreno de análise o suposto de “a sociedade” como totalidade estruturada e autodefinida. “A Sociedade” não é objeto legítimo de discurso. Não há princípio subjacente único que fixe – e assim constitua – todo conjunto do campo das diferenças. (LACLAU & MOUFFE, 1987, p. 189).

Assim, os discursos nunca estão acabados e centralizados, seus sentidos são continuamente construídos nas mais diversas situações. O que motiva estas construções é o funcionamento das práticas articulatórias que, segundo Laclau, estabelecem relações entre os elementos diferentes os quais não estão previamente articulados.

5 O discurso político evangélico sobre a Lei de Biossegurança

O objetivo do artigo nas próximas seções é realizar a aplicação deste quadro teórico e metodológico na análise do discurso evangélico no cenário político, mais precisamente nos pronunciamentos deste segmento sobre a Lei de Biossegurança durante as sessões do Grande Expediente na Câmara Federal na 52ª Legislatura. No entanto, antes de realizar a investigação acerca dos pronunciamentos sobre o Projeto de Lei de Biossegurança, a partir da teoria da análise do discurso, é importante enfatizar a participação evangélica neste espaço de discussão e deliberação que é a Câmara Federal durante a 52ª Legislatura.

Os evangélicos chegaram à Câmara Federal não por acaso, a participação se deu através de uma significativa campanha eleitoral, responsável pela mobilização de uma importante parcela deste setor em quase todo o território brasileiro. Sem dúvida o processo eleitoral de 2002 representou uma mudança sobre a participação evangélica no que diz respeito aos assuntos políticos, pois foi exatamente a partir destas eleições que se tornou possível identificar e comprovar o crescimento evangélico dentro da arena eleitoral. Nesta ocasião, como foi colocado no início deste artigo, foram eleitos cerca de setenta parlamentares, representando as mais diversas denominações confessionais evangélicas. Por si só este dado já reforça a importância do estudo em questão.

A trajetória anterior destes parlamentares evangélicos, alguns inclusive reeleitos, contribuiu para a ascensão política. Com uma capacidade retórica já aperfeiçoada pelo trabalho desempenhado nas diversas funções nos organismos evangélicos, como rádio, TV, jornal ou através dos discursos no próprio púlpito, carregados de uma forte eloquência e com a consequente capacidade de liderança de seus “irmãos”, diversos pastores, bispos ou simplesmente fieis vinculados às denominações evangélicas, conseguiram, através destas atribuições, chegar à classe política, muitos inclusive de maneira satisfatória e privilegiada.

Segundo Leôncio Rodrigues, esta arte da oratória, aprimorada pelos evangélicos através do envolvimento nestas atividades, como em alguns casos no ramo da comunicação, é essencial para a ascensão política. (RODRIGUES, 2006).

Outro elemento importante identificado nesta Legislatura é com relação à filiação partidária destes evangélicos. A maioria está concentrada nos partidos de direita do espectro político. Entre os partidos de direita, cabe destacar que o Partido Liberal (PL) foi a legenda preferida dos parlamentares evangélicos vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus.

O contingente evangélico vinculado à denominação religiosa Assembléia de Deus apresentava uma maior dispersão com relação à filiação partidária. Foi possível encontrar parlamentares filiados a partidos tradicionalmente de direita como o Partido Progressista (PP), Partido da Frente Liberal (PFL), até partidos considerados de esquerda como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Popular Socialista (PPS). Outras denominações evangélicas também foram encontradas em diferentes partidos políticos.

Este amplo cenário político-partidário demonstra o grau de fragmentação ideológica característico do grupo evangélico na 52ª Legislatura. Em termos de análise, não é esta a proposta deste artigo, ou seja, apresentar a distribuição dos evangélicos por partidos tanto na esquerda como na direita.

No entanto, o importante estudo realizado por Antônio Pierucci na Assembléia Constituinte, considera a onda evangélica na política, como uma “nova direita cristã”, isso se deve ao comportamento evangélico, caracterizando naquela situação os partidos de esquerda como inimigos, defendendo uma moralidade pautada nos valores familiares tradicionais, religiosos, mas também apresentando um conservadorismo socioeconômico. (PIERUCCI, 1989).

Porém, durante a legislatura aqui investigada, parece que os evangélicos resolveram abandonar um pouco a velha disputa com os partidos de esquerda, visto que uma grande parcela de evangélicos fez parte inclusive do grupo de sustentação do Governo Federal, caracterizado como de esquerda.

Apesar deste abandono, é importante destacar a preservação de um outro tipo de oposição, já presenciada em outras legislaturas na Câmara, as assim consideradas questões “inovadoras” ou modernas como: o casamento de pessoas do mesmo sexo, o aborto, a pornografia nos meios de comunicação, entre outros temas que ainda estão presentes de maneira muito profunda no cerne destas discussões.

Para citar apenas dois pontos, a oposição às denominadas *paradas gays* e aos estudos com células-tronco, provenientes de embriões humanos, foi identificada de forma muito contundente nos pronunciamentos na Câmara Federal¹⁰, e isto ainda reforça o caráter conservador de uma significativa parcela destes deputados evangélicos.

A seguir será focado o discurso evangélico com relação às pesquisas científicas com embriões humanos, a denominada Lei de Biossegurança que tramitou no Congresso Nacional entre os anos de 2003 a 2005. É importante frisar que este tema recebeu forte repercussão não apenas no meio político, mas também na comunidade científica e religiosa com um intenso acompanhamento midiático.

¹⁰ Indicam estes temas os seguintes trechos identificados nos pronunciamentos: “não se chegou ainda a qualquer consenso sobre as reais consequências da manipulação de organismos geneticamente modificados, especialmente quando dizem respeito às células-tronco e embriões humanos. Como poderíamos nos sentir seguros para decidir a liberação de pesquisas dessa natureza no Brasil?”. Dep. Pastor Reinaldo, PTB-RS (Diário da Câmara dos Deputados, 24/01/2004, p. 01460). “Jornal de São Paulo chama a atenção para a Parada Gay, fazendo alusão a um grupo de pessoas que infelizmente apresenta uma anomalia. Não tenho nada contra as pessoas, mas sim contra o que elas fazem. Nossa sociedade não pode aceitar isso. Nós, parlamentares, representantes do povo brasileiro, não podemos admitir essa representatividade na sociedade brasileira”. Dep. Pastor Frankembergen, PTB-RR (Diário da Câmara dos Deputados, 18/06/2004, p. 28852).

6 O Projeto de Lei entra em cena

No Congresso Nacional, no período de 1997 a 2003, diversos projetos de lei com propostas de alteração na legislação sobre biossegurança foram apresentados (TAGLIALEGNA, 2005). No entanto, em 2003, o tema já havia sido exposto na forma de anteprojeto no âmbito da Casa Civil da Presidência da República com a participação dos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde, e de Ciência e Tecnologia (TAGLIALEGNA, 2005).

A partir deste momento começam a surgir os grupos favoráveis e contrários a proposta do Projeto de Lei. O texto sobre o PL de Biossegurança, nº. 2 - 401/2003, proposto pelo Executivo, chegou à Câmara Federal no final de 2003. O primeiro relator deste texto foi o deputado e líder do Governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), isso acabou demonstrando aos demais parlamentares a prioridade concedida pelo Presidente Lula à matéria (CESARINO, 2006).

Logo após a chegada deste texto à Câmara, o relator, dep. Aldo Rebelo, sofrendo uma forte pressão dos grupos de interesse, resolve retirar a vedação sobre a manipulação com embriões humanos contida no anteprojeto (CESARINO, 2007), o que acabou motivando uma reação imediata por parte do segmento católico e evangélico na Câmara Federal.

Os deputados evangélicos, majoritariamente, demarcaram a sua posição contrária ao novo texto no que diz respeito aos estudos com células-tronco extraídas de embriões humanos. Aquilo representava para estes parlamentares, um atentado à vida, já que, para eles, o início da vida se dá a partir do momento da fertilização do óvulo com o espermatozóide. Diante de tais circunstâncias, foi possível rearticular o poderoso e mobilizador discurso evangélico e forçar o novo relator do Projeto¹¹, Deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE), a modificar o texto apresentado por Aldo Rebelo, acrescentando um novo substitutivo.

O projeto é encaminhado para o Senado e volta para a Câmara, novamente modificado¹², a partir de toda a pressão de grupos pró-pesquisa, ou seja, da comunidade científica, de pacientes vítimas de doenças que poderiam ser tratadas com a terapia celular e de entidades como ONG's.

O Projeto de Lei, que estabelece a pesquisa com embriões humanos, trazendo algumas restrições, foi votado e aprovado na Câmara Federal, mas, mesmo assim o Projeto foi alvejado por críticas por parte do grupo evangélico durante as sessões no Plenário. Assim, não resistindo à pressão dos grupos pró-pesquisa, inclusive com alguns

¹¹ Segundo Taglialegra, “logo após a apresentação do Projeto de Lei de Biossegurança à Câmara dos Deputados, foi criada a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 2.401, de 2003. Foi escolhido como relator o Deputado Aldo Rebelo, então líder do governo na Câmara dos Deputados. O Deputado Aldo Rebelo apresentou seu parecer à comissão especial em 20 de janeiro de 2004. Porém o parecer não chegou a ser votado, pois o relator foi nomeado Ministro da recém criada Secretaria Especial de Coordenação Política e Relações Institucionais pelo Presidente da República, em 23 de janeiro do mesmo ano. Por esse motivo, foi designado como novo relator o Deputado Renildo Calheiros.” (TAGLIALEGNA, 2005, p.54).

¹² O texto do Projeto foi alterado no artigo 5º na sua passagem pelo Senado. Neste ponto, a pesquisa com embriões humanos seria realizada apenas com os embriões estocados e congelados na Fertilização *in Vitro* (FIV), afinal, estes mesmos embriões seriam descartados após quatro ou cinco anos (CESARINO, 2006, p.132). Neste aspecto, o próprio Senador Magno Malta, representante do segmento batista no Senado, apresentava-se favorável ao novo texto que iria novamente para votação na Câmara.

parlamentares evangélicos apresentando o voto favorável a pesquisa, o Projeto de Lei de Biossegurança foi aprovado e sancionado pelo Presidente Lula logo em seguida.

Esta nova lei não regulamenta apenas as pesquisas com células-tronco provenientes de embriões humanos congelados, mas também regulamenta a pesquisa sobre a produção de produtos transgênicos. Neste aspecto Cesarino enfatiza:

O projeto original do Executivo visava estabelecer “normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados”. Seus nove capítulos se propunham a consolidar um marco legal definitivo para a questão da biossegurança, que eliminasse os conflitos legais existentes. (CESARINO, 2006, p.45)

O posicionamento contrário do grupo evangélico na Câmara foi identificado apenas nos pronunciamentos acerca do artigo específico que trata da questão da pesquisa com embriões humanos, mais precisamente com relação às terapias com células tronco embrionárias (CTE).

O debate sobre a pesquisa com células-tronco na Câmara motivou uma importante parcela de deputados evangélicos a se manifestarem contrariamente, junto com parlamentares pertencentes ao grupo católico na Casa. Os discursos evidenciam assim um posicionamento antagônico, mas que tem a capacidade de se mover, de um lado o grupo composto pelos parlamentares evangélicos e católicos e de outro lado, o relator original do Projeto de Lei, o lobby pró-pesquisa, cientistas, vítimas de doenças e os parlamentares defensores.

A presença do “outro” para os evangélicos, ou seja, os defensores do Projeto de Lei identificam uma situação de plena construção de sentido, ele não está acabado, no entanto, já traz em sua forma os limites de sua objetividade, impede de realizar uma constituição final, um último sentido generalizante.

Nesta relação antagônica identificada, tomando a concepção analítica de Laclau, é possível perceber o momento em que surge o ponto nodal e o estabelecimento da prática articulatória sobre esta temática.

O ponto nodal identificado nestes discursos é a defesa da vida, no qual em sua forma original, o artigo específico do Projeto de Lei pode resultar em problemas. Nestes discursos, foi identificado uma significativa quantidade de temas relacionados à defesa dos princípios cristãos.

Os parlamentares não pouparam o uso de citações bíblicas para justificar a tomada de posição sobre o artigo. Estes dois fragmentos a seguir comprovam a abundância deste recurso discursivo.

Quero deixar claro que a Frente Parlamentar quer debater e discutir esse artigo especificamente. O projeto em si é bom, mas neste artigo há implicações inclusive de ordem cristã, de ordem bíblica, e não nos podemos curvar ao seu texto. É importante que o Brasil saiba que somos contra a produção de embriões para estudos científicos e produção de clones. Dep. Neuton Lima, PTB-SP (Diário da Câmara dos Deputados, 05/02/2004, p. 04005).

O Brasil tem raízes cristãs que nos impelem a sair na defesa de valores que ajudam na construção do ser humano, que nos trazem a esta Casa não com fanático radicalismo cristão, mas com o coração e a mente abertos para dar lugar à ciência, desde que ela não entre no campo da especulação e em assuntos sobre os quais não tenha total domínio. Dep. Takayama, PMDB-PR (Diário da Câmara dos Deputados, 06/02/2004, p. 04378).

Além da justificativa, de cunho religioso, por parte destes dois parlamentares, estes trechos são importantes porque trazem outros dados relevantes. A Frente Parlamentar Evangélica (FPE), comentada pelo Deputado Neuton Lima, no primeiro fragmento, trata-se de um grupo de deputados religiosos vinculados a igrejas pentecostais e neopentecostais durante esta legislatura.

A Frente foi fundada em setembro de 2003, seu líder é o Deputado Adelor Vieira (PMDB-SC) e congrega uma boa parte dos deputados evangélicos na Câmara pertencentes aos diversos partidos políticos já citados anteriormente, destaque neste grupo principalmente para aqueles vinculados a Igreja Assembléia de Deus.

Outro elemento interessante encontrado neste trecho é com relação à postura do deputado sobre o projeto. Representando o posicionamento da FPE, o parlamentar argumenta que o projeto em si é bom, seu ponto de discordância é com relação ao artigo que fala sobre a produção de embriões humanos para fins científicos, o que em sua opinião fere os princípios cristãos.

Um outro dado que merece atenção, agora encontrado no segundo fragmento, é com relação à argumentação do parlamentar de que este assunto está inserido no próprio processo de consolidação histórica da mencionada “raiz cristã” presente no Brasil. O princípio argumentativo acaba tendo um tom generalizante, como se a proibição da pesquisa com células-tronco representasse o interesse da maioria cristã no Brasil. Os evangélicos, neste sentido, acabam dizendo-se “porta vozes” de uma maioria cristã que zelam pela prevenção no que diz respeito às experiências no campo científico.

Ao aplicar novamente a análise sobre o conteúdo discursivo, identificando os momentos em que se constitui este discurso, percebe-se claramente o surgimento destes elementos, ou seja, aqueles pontos que em um primeiro instante não estão articulados entre si, o que Laclau denomina de situação em que se identifica a lógica da diferença, é exatamente neste momento em que é possível reconhecer a expansão do espaço que estão distribuídos estes diferentes discursos, separados e dispersos.

Seguindo o método de análise de Ernesto Laclau, os elementos identificados neste campo da discursividade são: os pronunciamentos evangélicos da FPE, os pronunciamentos de parlamentares também evangélicos, mas não vinculados a FPE e os pronunciamentos de parlamentares pertencentes ao grupo católico na Câmara, todos eles apresentando as suas diferenças, demandas isoladas, mas que tratam do mesmo tema.

A prática articulatória permite a articulação destes elementos, que no primeiro instante aparecem isolados, assim, passam a ser caracterizados como momentos diferenciais, já que existe um ponto nodal comum, o discurso sobre a defesa da vida, presente em todos os elementos citados acima. O momento em que se estabelece o corte antagônico é exatamente aquele que identifica o outro, ou seja, o discurso pró-pesquisa com células-tronco, de caráter científico.

Para tornar mais evidente esta argumentação, os dois pronunciamentos a seguir representam os dois grupos que serão caracterizados como elementos diferenciais, mas que possuem um ponto nodal comum, a defesa da vida:

Os autores dessa emenda argumentam que um embrião formado *in vitro* não teria vida (...) Ora Sr. Presidente, Srs. Deputados, a vida é o resultado da junção de um espermatozóide com um óvulo, formando-se assim um ovo, que evolui para o embrião. E reza o art. 5º da Constituição Federal que todos têm o direito a vida. Dep. Pastor Amarildo, PSC-TO (Diário da Câmara dos Deputados, 04/02/2004, p. 03665).

É contra todo esse esforço de manipulação, Sr. Presidente, que nós nos insurgimos, veementemente, não nos furtando a confirmar nossa opinião.

Como cristãos e cidadãos, que respeitam a lei de Deus e a lei dos homens, alertamos o Congresso Nacional para o perigo de considerar seres humanos mero material de reposição de órgãos doentes, em um passo irreversível, e seguramente incontrolável, contra os mais altos valores da civilização. Dep. Osmânio Pereira, PTB-MG (Diário da Câmara dos Deputados, 04/03/2005, p. 03489).

O primeiro pronunciamento pertence ao Deputado Pastor Amarildo (PSC-TO) que faz parte da Frente Parlamentar Evangélica, também, membro da Igreja Assembléia de Deus. O segundo pronunciamento pertence ao Deputado Osmânio Pereira (PTB-MG), membro do grupo católico na Câmara Federal. Este parlamentar é ex-presidente do Conselho Nacional de Renovação Carismática Católica.

Em termos de conteúdo, é possível identificar dois discursos que abordam o mesmo tema, a defesa da vida, o perigo que os estudos com embriões humanos podem ocasionar, no entanto, estes discursos partem de grupos distintos. Estes elementos, em um primeiro momento, não evidenciam nenhuma relação entre si, mas desde já demarcam uma posição que é contrária ao artigo presente no texto da Lei de Biossegurança.

O discurso é o exato momento em que é possível instituir uma articulação entre estes momentos diferentes, estabelecendo assim uma relação de equivalência, contra o “outro”, o discurso inimigo diante de uma fronteira antagônica. O discurso pretende determinar uma ordem, estabelecer uma organização naquilo que antes estava disperso e isolado.

Esta capacidade de aglutinação, só é possível mediante uma prática articulatória, que é capaz de estabelecer uma relação entre estes diferentes elementos. A lógica da equivalência, que permite isto, é a lógica de simplificação do espaço político enquanto que a lógica da diferença é uma lógica de expansão e complexização do mesmo. (LACLAU & MOUFFE, 1987).

A identificação destes grupos, com suas reivindicações caracterizadas como elementos, mostra que toda a construção se dá dentro daquilo que pode ser caracterizado como uma grande situação discursiva. É ela que permite o surgimento destes temas de diferentes identidades e, em consequência disto, do estabelecimento de fronteiras antagônicas que propiciam a formação de um discurso.

Assim, este discurso sempre será o resultado de uma articulação, durante o caso investigado, de uma unidade entre palavras e expressões ou gestos presentes nestes pronunciamentos durante o Grande Expediente da Câmara. Seguindo a teorização de Ernesto Laclau, o discurso é uma prática discursiva, que possui as suas regras de produção de sentido e que pretende trazer um significado.

Em termos desta análise, outra categoria importante aperfeiçoada por Laclau é a de hegemonia. Na sua concepção, as relações hegemônicas podem ser identificadas em qualquer nível social. Para um discurso adquirir um caráter hegemônico ele deverá sempre estar situado em uma linha ou fronteira antagônica. A presença do “outro”, em um pólo contrário, é fundamental para que seja estabelecida uma relação de equivalência entre aqueles diferentes elementos contrários à presença deste “outro”, mediante a instituição de uma prática articulatória.

Para fins de uma melhor compreensão sobre este importante conceito, a próxima passagem extraída de um pronunciamento na Câmara sobre o tema da Biossegurança, manifesta exatamente o momento onde é identificada a relação hegemônica.

Como já foi dito em várias oportunidades, sou porta-voz de considerável segmento de Deputados, não só da Frente Parlamentar Evangélica ou, fazendo uma classificação cartesiana, de Deputados solidários com o projeto original do Governo. Estamos buscando uma alternativa. Sou porta-voz também de outros segmentos, como a Conferência dos Bispos do Brasil, que afirma, acima de qualquer votação, que o valor da vida está sujeito, desde o início até o fim, àquelas premissas. Dep. Adelor Vieira, PMDB-SC (Diário da Câmara dos Deputados, 28/01/2004, p. 01903).

O deputado Adelor Vieira (PMDB-SC) membro da denominação evangélica Assembléia de Deus argumenta ser porta-voz não apenas do grupo evangélico, mas também da CNBB, entidade que reúne bispos da Igreja Católica do Brasil. Deve-se ressaltar que isto é uma situação raríssima, um membro pentecostal também falar em nome do segmento católico. Provavelmente nesta circunstância, a própria CNBB não reconheça um deputado da FPE na condição em que este se autodenomina, ou seja, como porta-voz.

No entanto, o que torna isso possível é exatamente esta oposição a algo, comum entre ambos, ou seja, o texto do Projeto de Lei de Biossegurança. No entanto, como adverte Laclau, o terreno da relação hegemônica é um espaço sempre em disputa, não possui um significado último, ele apresenta sinais de precariedade e contingência, nas suas palavras não se sabe até quando uma demanda particular, ou uma série de demandas, vai exercer uma representação universal, isto é, algo que não pode ser determinado. (LACLAU, 1996).

A prática articulatória, identificada no pronunciamento citado acima, está em contraposição à outra prática articulatória, no outro extremo da relação antagônica. Esta prática antagônica é aquela representada pelos grupos defensores, com seus diferentes discursos, aliados em torno da defesa da pesquisa com células-tronco, objeto de protesto do segmento católico-evangélico no outro pólo antagônico.

É exatamente neste confronto de discursos opostos dentro de um amplo campo, que apresenta seus limites instáveis, que é estabelecida uma relação antagônica, onde é possível identificar o surgimento de uma condição hegemônica. Adquirir este caráter hegemônico é exatamente preencher um espaço vazio com o seu conteúdo discursivo. Tanto o discurso evangélico na Câmara quanto o discurso católico possuem suas particularidades. No entanto, partilham de algo em comum, e este “algo” em comum, a defesa da vida, em seus pronunciamentos tende a adquirir um caráter geral, um sentido que transmite a idéia de unidade, mas que também apresenta sinais de precariedade e contingência.

A representação hegemônica, que surge a partir disso, se dá pela relação antagônica identificada nos discursos, a articulação entre os diferentes elementos que se tornam momentos (LACLAU & MOUFFE, 1987) dentro de uma cadeia discursiva, ou seja, diferentes demandas que estão unidas em torno de um denominador comum (LACLAU, 2005), que identificam o mesmo inimigo, neste caso, os defensores das pesquisas com células-tronco embrionárias. A tentativa de aglomerar o maior número possível de posições contrárias no outro pólo antagônico, segundo Laclau, é o que distingue a operação hegemônica.

Enfim, as principais condições para que um discurso apresente um caráter hegemônico estão presentes no exemplo aplicado neste artigo, ou seja, a identificação das práticas articulatórias, o significado comum que transmite a idéia de unidade, assim como a relação antagônica estabelecida e a instabilidade das fronteiras.

7 Considerações

Com a proposta de realizar a aplicação de boa parte do desenvolvimento teórico de Ernesto Laclau, com base nas noções apresentadas na teoria do discurso, este artigo buscou relacionar este importante conjunto de conhecimentos com a questão vinculada ao comportamento de parlamentares evangélicos na 52ª Legislatura da Câmara Federal, mais precisamente, sobre as discussões suscitadas acerca da Lei de Biossegurança durante o período que compreende os anos de 2003 à 2005.

Justifica-se esta escolha pela importante recorrência deste tema nas sessões do Grande Expediente, bem como, pela perfeita capacidade de aplicação de boa parte do referencial teórico e metodológico de Ernesto Laclau na análise deste tipo de discurso.

Tendo em vista o crescimento da participação evangélica neste importante órgão de discussão e deliberação política, é importante ressaltar que o grupo evangélico, assim identificado, demonstrou a sua capacidade de influência política no exercício de suas funções previstas na Constituição Federal. No entanto, é preciso colocar que este assim denominado “grupo evangélico” apresenta uma pluralidade de posicionamentos, evidenciando assim uma maior liberdade no que diz respeito à atuação no espaço legislativo.

Através da aplicação deste tipo de análise, fixada em um longo recorte espaço-temporal, é possível chegar a importantes conclusões. A idéia de que existe uma “bancada evangélica” unida, onde as discussões no interior desta bancada sempre apresentariam uma forma harmoniosa de decisão, não corresponde com boa parte dos pronunciamentos identificados.

O comportamento dos evangélicos na Câmara Federal é heterogêneo, existe uma pluralidade de posicionamentos diante dos mais diversos temas que vão surgindo em pauta, inclusive daqueles parlamentares que pertencem a FPE. Autores de alguns trabalhos científicos insistem em afirmar que existe um grupo evangélico coeso, que vota sempre em bloco.

Este tipo de afirmação pode até ser comprovada em legislaturas anteriores. No entanto, na legislatura investigada neste artigo, em virtude do crescimento da participação dos evangélicos, torna-se pouco provável que exista uma bancada que vota sempre em bloco. Porém, existem algumas exceções identificadas nestes discursos, trata-se daqueles temas de caráter corporativo, ou de questões vinculadas aos valores morais transmitidos pela tradição cristã.

O debate gerado em torno do tema da Lei de Biossegurança enquadra-se exatamente nesta última questão, ou seja, em um tema polêmico diante da argumentação religiosa de defesa da vida, daquilo que foi caracterizado pela FPE como uma violação dos princípios cristãos. É exclusivamente neste tipo de debate que é possível identificar algum tipo de unidade que está situado além das fronteiras partidárias, confessionais ou apenas ideológicas.

Em linhas gerais, argumentou-se que o espaço discursivo é um terreno muito extenso, onde as particularidades com suas diferentes demandas e posicionamentos circulam isolados, mas que em determinado momento de ameaça, neste caso quando surge o artigo polêmico da Lei de Biossegurança, assumem um caráter mais homogêneo.

Conforme a teoria de Ernesto Laclau, estes elementos passam a ser caracterizados como momentos, as posições diferenciais articuladas que atingem a posição de discurso. Este discurso é o que vai gerar esta capacidade de exercer uma função hegemônica, transmitindo a idéia de unidade, evidentemente, lembrando que é a

unidade entre aquilo que no primeiro instante aparece isolado, neste, já mencionado grande terreno das diferenças.

O modelo teórico desenvolvido por Laclau contribui muito neste aspecto da análise porque é exatamente nestas circunstâncias que é possível identificar a relação antagonista estabelecida entre discursos que se situam em pólos opostos. O conceito de antagonismo elaborado por Laclau torna-se aplicável porque é neste terreno de emergência de diversos discursos que competem permanentemente, criando uma identidade de um “nós” contrário ao “outro”.

Dessa forma é possível perceber o âmago de uma construção discursiva, o campo político é extremamente produtivo nesse sentido, porque nele torna-se possível diagnosticar a penetração de uma série de discursos, que nem sempre possuem uma linguagem exclusivamente política como no caso aqui investigado, a inserção de um discurso religioso na esfera discursiva político-tradicional. Assim, os debates gerados em torno da Lei de Biossegurança neste período contribuíram muito para estabelecer um diálogo com a estratégia teórica elaborada por Laclau.

A reação contrária à nova lei era identificada tanto através dos discursos de parlamentares evangélicos quanto católicos, isso, era perceptível em cada pronunciamento coletado nestas sessões do Grande Expediente. No entanto, também é possível reconhecer nestes pronunciamentos o fato de que existe uma ampla gama de temas abordados pelo segmento evangélico na Câmara. Desta forma, é importante destacar que a discussão de um mesmo tema, em algumas circunstâncias, apresenta até mesmo um caráter conflituoso¹³, opiniões que acabam refletindo situações de divergência explícita, algo que não é muito comum quando se trata de parlamentares de um mesmo partido político e orientação religiosa.

Vale lembrar que a proposta deste artigo não foi a de investigar os temas pouco abordados na Câmara, mas sim o tema mais recorrente em um determinado período. Seria interessante trazer à tona estas argumentações de diferentes temáticas que surgem no âmbito político. Portanto o artigo se restringiu ao exemplo do tema da Lei de Biossegurança. Não que as pequenas temáticas identificadas ao longo da coleta dos pronunciamentos sejam menos importantes, pois, certamente, serão abordadas na elaboração da dissertação.

No entanto, para demonstrar com um maior rigor metodológico os argumentos desenvolvidos na teoria do discurso de Ernesto Laclau e realizar a aplicação, foi preciso delimitar a análise ao debate gerado em torno da Lei de Biossegurança nº. 2.401/2003, mais precisamente na questão sobre a pesquisa com células-tronco embrionárias humanas. Seguindo Laclau, naquilo que é considerado como um exterior discursivo negativo, este fato estabeleceu uma verdadeira polaridade nos debates entre os parlamentares evangélicos e católicos de um lado e de outro os defensores da pesquisa.

¹³ Como por exemplo, em relação ao tema da demarcação de terras indígenas, identificados no pronunciamento do Dep. Pastor Frankemergen (PTB-RR) e do Dep. Silas Câmara (PTB-AM), no período que compreende os meses de fevereiro e março de 2004. O fato que chama atenção nestes pronunciamentos é que o primeiro deputado realiza uma crítica severa a questão da demarcação de terras proposta pela FUNAI, enquanto que o segundo deputado faz uma defesa intransigente da demarcação de terras. No entanto, são deputados pertencentes ao mesmo partido político, a mesma denominação religiosa, ambos pertencem a Assembléia de Deus, e que neste momento fazem parte da Frente Parlamentar Evangélica. Obviamente, que este é um caso bastante isolado, mas serve para colocar dúvidas com relação à unidade de uma suposta “bancada evangélica” tantas vezes mencionada na grande mídia ou em importantes trabalhos acadêmicos.

Referências

BURITY, Joanildo e MACHADO, Maria das Dores C. (Organizadores) Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

CAMPOS, Leonildo S. “Evangélicos nas eleições de 2002 – os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus” In: *Cadernos Adenauer IV n°1 “Eleições e Partidos”*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p.83-100.

CESARINO, Leticia da Nóbrega. Nas fronteiras do “humano”: os debates britânico e brasileiro sobre a pesquisa com embriões. In: *Mana* vol.13 n°2, Rio de Janeiro, outubro 2007.

CESARINO, Leticia da Nóbrega. Ascendendo as luzes da ciência para iluminar o caminho do progresso: ensaio de antropologia simétrica da Lei de Biossegurança brasileira. Dissertação (Mestrado), UnB, Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FONSECA, Alexandre Brasil. Religião e Democracia No Brasil (1998-2001). Um estudo sobre os principais atores evangélicos na política. Trabalho apresentado no GT Religião e Sociedade, durante o XXVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG, mimeo, outubro 2002.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment. Tese (Doutorado), Unicamp, Campinas, 1993.

LACLAU, Ernesto. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. Buenos Aires: Editora Nueva Visión. 1990.

_____. Emancipación y diferencia. Buenos Aires: Ariel, 1996.

_____. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

_____; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. (Organizadores) Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte”, *Ciências Sociais Hoje*, 1989.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Mudanças na classe política brasileira. São Paulo: Publifolha, 2006.